

Comissão Europeia

Eurostat

Publicação de uma vaga para o cargo de diretor da Direção «Estatísticas das Finanças Públicas» (m/f) (AD 14)

(Luxemburgo)

(Artigo 29.º, n.º 2, do Estatuto dos Funcionários)

COM/2023/10442

Quem somos

O Eurostat é uma direção-geral da Comissão Europeia. A sua missão consiste em fornecer estatísticas e dados de elevada qualidade sobre a Europa, que são utilizados para a adoção de decisões informadas pelas instituições da UE, os Estados-Membros, os mercados financeiros, a comunidade empresarial, os cidadãos, os investigadores e os meios de comunicação social. O Eurostat é responsável por coordenar e reforçar a governação do Sistema Estatístico Europeu (SEE), com o objetivo de proporcionar a todos os utilizadores um acesso fácil a dados estatísticos atualizados, fiáveis e comparáveis a nível da UE. É igualmente responsável por propor toda a legislação da UE no domínio das estatísticas. Além disso, o Eurostat coopera com organizações internacionais na área das estatísticas e ajuda os países terceiros a melhorar os seus sistemas estatísticos.

A Direção D «Estatísticas das Finanças Públicas (EFP)» é composta por três unidades, nas quais trabalham cerca de 42 pessoas (pessoal permanente e temporário), e dispõe de um orçamento operacional de aproximadamente 0,5 milhões de euros. Fornece à União Europeia informações estatísticas de elevada qualidade sobre as finanças públicas, a fim de acompanhar, executar e desenvolver as políticas económicas da União, nomeadamente no que se refere às implicações estatísticas do Pacto de Estabilidade e Crescimento. Contribui igualmente para a elaboração de normas estatísticas internacionais no domínio das EFP, de novos indicadores e metodologias, bem como para o reforço das capacidades estatísticas e a cooperação bilateral com as partes interessadas externas nos domínios da responsabilidade da União.

Os serviços do Eurostat estão situados no Luxemburgo.

O que propomos

As principais responsabilidades do cargo altamente exigente e de grande visibilidade de diretor da Direção «Estatísticas das Finanças Públicas (EFP)» do Eurostat são as seguintes:

- Assegurar a liderança e a gestão estratégica das atividades da Direção (acompanhar, executar e desenvolver as estatísticas em que se baseiam as políticas económicas da UE, nomeadamente no que se refere às implicações estatísticas do Pacto de Estabilidade e Crescimento);
- Desenvolver, em cooperação com os Estados-Membros, metodologias e orientações que assegurem o registo estatístico correto das novas medidas ou das medidas existentes, incluindo dos fluxos associados ao Mecanismo de Recuperação e Resiliência, das implicações das medidas governamentais tomadas em relação à crise da COVID-19 e das medidas destinadas a atenuar o aumento dos preços da energia e a inflação crescente na sequência da agressão russa contra a Ucrânia;
- Elaborar normas estatísticas em matéria de EFP a nível europeu e internacional, conceber novos indicadores e metodologias, reforçar as capacidades estatísticas;
- Manter contactos e trocas de informações regulares com os institutos nacionais de estatística dos Estados-Membros e de outros países com os quais o Eurostat mantém relações profissionais e técnicas;
- Representar a Direção-Geral em eventos externos e internos relevantes para a Direção ou a Direção-Geral;
- Gerir recursos humanos e financeiros.

O diretor exercerá as funções de gestor orçamental subdelegado em conformidade com a regulamentação financeira da Comissão.

Perfil pretendido (critérios de seleção)

Os candidatos devem possuir:

Competências de gestão

- Carreira de sucesso comprovada num cargo de gestão que implique a gestão de recursos humanos e financeiros;
- Excelente capacidade para dirigir e motivar uma grande equipa multinacional;
- Capacidade para definir eficazmente prioridades e objetivos e para afetar os recursos em conformidade;

Competências e experiência especializadas

- Uma compreensão aprofundada da elaboração, da produção e da utilização das estatísticas europeias, bem como do funcionamento do SEE;
- Um bom conhecimento das prioridades da Comissão e das políticas pertinentes da UE;
- Uma formação pertinente e uma experiência comprovada no domínio das estatísticas macroeconómicas e/ou das finanças públicas.

Qualidades pessoais

- Boa capacidade de discernimento, nomeadamente no que respeita a questões politicamente sensíveis, e uma motivação comprovada para inovar e para conceber e aplicar novas ideias;
- Sólidas competências em matéria de comunicação, de relações interpessoais, de estabelecimento de redes de contactos e de negociação;
- Excelentes competências analíticas e capacidade para resolver problemas organizacionais e operacionais com base numa abordagem orientada para os resultados.

Condições de admissão (critérios de admissibilidade)

Só serão admitidos à fase de seleção os candidatos que, **até ao termo do prazo de candidatura**, cumprirem os critérios formais seguintes:

- Nacionalidade: os candidatos devem ser nacionais de um dos Estados-Membros da União Europeia.
- Título ou diploma universitário: os candidatos devem possuir:
 - habilitações de nível correspondente a um ciclo completo de estudos universitários, comprovadas por um diploma, quando a duração normal desses estudos for igual ou superior a quatro anos;
 - ou habilitações de nível correspondente a um ciclo completo de estudos universitários, comprovadas por um diploma, e experiência profissional pertinente de, pelo menos, um ano, quando a duração normal desses estudos for igual ou superior a três anos (este ano de experiência profissional não pode estar incluído na experiência profissional pós-licenciatura abaixo exigida).
- Experiência profissional: os candidatos devem possuir, pelo menos, 15 anos de experiência profissional pós-licenciatura¹ a um nível correspondente às qualificações acima mencionadas.
- Experiência de gestão: pelo menos cinco anos da experiência profissional pós-licenciatura devem ter sido adquiridos no desempenho de funções de gestão de alto nível².

¹ Para poder ser considerada como tal, a experiência profissional tem de constituir uma verdadeira relação de trabalho, definida como real, genuína e remunerada, envolvendo uma atividade por conta de outrem (qualquer tipo de contrato) ou a prestação de um serviço. As atividades profissionais exercidas a tempo parcial são calculadas proporcionalmente, tendo por base a percentagem certificada de horas de trabalho a tempo inteiro. São tomadas em consideração as licenças de maternidade, paternidade e adoção concedidas no âmbito de um contrato de trabalho. Os doutoramentos são equiparados a uma experiência profissional, mesmo que não remunerada, embora por um período máximo de três anos, desde que o doutoramento tenha sido concluído com êxito. Cada período de tempo só conta uma vez.

² No seu *curriculum vitae*, os candidatos devem indicar claramente, em relação a todos os anos em que adquiriram experiência de gestão, os elementos seguintes: 1) a designação e a natureza dos cargos de gestão exercidos, 2) o número de efetivos sob a sua responsabilidade no âmbito destas funções, 3) a dimensão dos orçamentos geridos, 4) o número de graus hierárquicos superiores e inferiores, e 5) o número de lugares de grau equiparável.

- Línguas: os candidatos devem possuir um excelente conhecimento de uma das línguas oficiais da União Europeia³ e um conhecimento satisfatório de outra dessas línguas. Durante a entrevista, o júri verificará se os candidatos cumprem o requisito de um conhecimento satisfatório de outra língua oficial da UE, pelo que parte da entrevista poderá decorrer nessa língua.
- Limite de idade: os candidatos não devem ter ainda atingido a idade normal da reforma, que, para os funcionários da União Europeia, corresponde ao último dia do mês em que atingem 66 anos de idade (ver artigo 52.º, alínea a), do Estatuto dos Funcionários⁴).

Seleção e nomeação

O processo de seleção e nomeação realizar-se-á em conformidade com os procedimentos de seleção e recrutamento da Comissão Europeia (ver: Documento sobre a política relativa aos funcionários superiores⁵).

No âmbito do presente processo de seleção, a Comissão Europeia constitui um júri de pré-seleção. Este júri analisa todas as candidaturas, procede a uma primeira verificação da admissibilidade e, tendo em conta os critérios de seleção acima referidos, identifica os candidatos com o perfil mais adequado que poderão ser convocados para uma entrevista com o júri de pré-seleção.

Após as entrevistas, o júri de pré-seleção elabora as suas conclusões e propõe uma lista dos candidatos a convocar para outras entrevistas com o Comité Consultivo de Nomeações da Comissão Europeia (CCN). Tendo em conta as conclusões do júri de pré-seleção, o CCN decidirá dos candidatos a convocar para uma entrevista.

Os candidatos convocados para uma entrevista com o CCN passarão um dia completo num centro de avaliação gerido por consultores externos de recursos humanos. Tendo em conta os resultados da entrevista e o relatório do centro de avaliação, o CCN elabora uma lista restrita dos candidatos que considera aptos para exercer as funções em causa.

Os candidatos que figuram na lista restrita do CCN serão entrevistados pelos membros competentes da Comissão.

Na sequência dessas entrevistas, a Comissão Europeia adota a decisão de nomeação.

O candidato selecionado deve ter cumprido as obrigações impostas pela legislação respeitante ao serviço militar, oferecer as garantias de idoneidade moral requeridas para o exercício das suas funções e estar fisicamente apto para o efeito.

O candidato selecionado deve possuir um certificado de credenciação de segurança válido ou estar em condições de o obter junto da respetiva autoridade nacional de segurança. A credenciação de segurança pessoal é uma decisão administrativa tomada após a conclusão de um inquérito de segurança efetuado pela autoridade nacional de segurança competente, em conformidade com as disposições legislativas e regulamentares nacionais aplicáveis nesse domínio, que certifica que uma pessoa pode ser autorizada a aceder a informações classificadas até um determinado nível. (Note-se que o procedimento necessário para a obtenção de um certificado de credenciação de segurança só pode ser iniciado a pedido do empregador e não pelo candidato).

O candidato selecionado só poderá aceder a informações classificadas da UE (ICUE) de nível igual ou superior a CONFIDENTIEL UE/EU CONFIDENTIAL e participar em reuniões em que essas informações sejam abordadas uma vez emitido o certificado de credenciação de segurança pessoal pelo Estado-Membro em causa e concluído o processo de credenciação com as informações legalmente obrigatórias fornecidas pela Direção da Segurança da Comissão Europeia.

Igualdade de oportunidades

³ <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A01958R0001-20130701>

⁴ <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:01962R0031-20140701>

⁵ https://commission.europa.eu/jobs-european-commission/job-opportunities/managers-european-commission_en#vacancies (apenas em inglês)

Em conformidade com o artigo 1.º-D do Estatuto dos Funcionários, a Comissão persegue o objetivo estratégico de alcançar a igualdade de género a todos os níveis de gestão até ao final do seu atual mandato e aplica uma política de igualdade de oportunidades, incentivando as candidaturas suscetíveis de contribuir para uma maior diversidade, igualdade de género e equilíbrio geográfico global.

Condições de emprego

A remuneração e as condições de emprego são as estabelecidas no Estatuto dos Funcionários.

O candidato selecionado será recrutado como funcionário de grau AD 14. Será classificado no escalão 1 ou 2 desse grau, consoante a duração da sua experiência profissional anterior.

O candidato selecionado deve observar a exigência prevista no Estatuto que determina que todos os novos funcionários devem concluir com êxito um período de estágio de nove meses.

O local de afetação é o Luxemburgo.

Independência e declaração de interesses

Antes de assumir funções, o candidato selecionado deverá apresentar uma declaração em que se comprometa a agir no interesse público e com independência, e mencionar quaisquer interesses suscetíveis de serem considerados prejudiciais para a sua independência.

Informações importantes para os candidatos

Recorda-se aos candidatos que os trabalhos dos júris são confidenciais. Nem os candidatos nem quaisquer outras pessoas em seu nome estão autorizados a contactar, direta ou indiretamente, os seus membros. Todos os pedidos de informações devem ser enviados para o secretariado do respetivo júri.

Proteção de dados pessoais

A Comissão Europeia assegura que os dados pessoais dos candidatos são tratados em conformidade com o disposto no Regulamento (UE) 2018/1725 do Parlamento Europeu e do Conselho⁶. Estas disposições aplicam-se, em particular, à confidencialidade e à segurança dos dados.

Processo de candidatura

Antes de apresentarem a candidatura, os candidatos devem verificar cuidadosamente se cumprem todos os critérios de admissibilidade («Condições de admissão»), em particular no respeitante aos tipos de diplomas e à experiência profissional de alto nível, bem como às capacidades linguísticas exigidas. O não cumprimento de algum desses requisitos implica a exclusão automática do processo de seleção.

Caso pretenda candidatar-se, deve inscrever-se no sítio Web a seguir indicado e seguir as instruções relativas às diferentes fases do processo:

<https://ec.europa.eu/dgs/human-resources/seniormanagementvacancies/>

Os candidatos devem ter um endereço de correio eletrónico válido, que será utilizado para confirmar a sua inscrição, bem como para manter o contacto ao longo de todo o processo. Por conseguinte, a Comissão Europeia deve ser informada de qualquer alteração desse endereço eletrónico.

Para completar a candidatura, os candidatos devem apresentar, por via eletrónica, um CV em formato PDF, de preferência utilizando o modelo do CV Europass⁷, e uma carta de motivação (com 8 000 carateres, no máximo).

⁶ Regulamento (UE) 2018/1725 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2018, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais pelas instituições e pelos órgãos e organismos da União e à livre circulação desses dados, e que revoga o Regulamento (CE) n.º 45/2001 e a Decisão n.º 1247/2002/CE (JO L 295 de 21.11.2018, p. 39).

⁷ Para obter informações em linha sobre a elaboração de um CV Europass, consultar o seguinte endereço:
<https://europa.eu/europass/pt/create-europass-cv>

Os CV e as cartas de motivação dos candidatos podem ser apresentados em qualquer uma das línguas oficiais da União Europeia.

É do interesse dos candidatos garantir a exatidão, a exaustividade e a veracidade dos dados constantes do respetivo processo de candidatura.

Uma vez terminado o processo de inscrição em linha, os candidatos receberão uma mensagem eletrónica a confirmar que a sua candidatura foi registada. **Se o candidato não receber uma mensagem eletrónica de confirmação, tal significa que a sua candidatura não foi registada.**

Os candidatos não poderão acompanhar em linha a evolução da sua candidatura. A Comissão Europeia contactá-los-á diretamente para os informar a esse respeito.

As candidaturas enviadas por correio eletrónico não serão aceites. Para mais informações e/ou em caso de problemas técnicos, os candidatos devem enviar uma mensagem de correio eletrónico para: HR-MANAGEMENT-ONLINE@ec.europa.eu

Compete aos candidatos concluir a inscrição eletrónica dentro do prazo fixado. Recomenda-se vivamente que não esperem pelos últimos dias para apresentar a candidatura, pois uma saturação das linhas ou uma falha da ligação à Internet podem interromper a inscrição em linha antes da sua conclusão, obrigando a repetir todo o processo. Uma vez terminado o prazo de apresentação das candidaturas, deixa de ser possível introduzir quaisquer dados. Não serão aceites inscrições fora de prazo.

Data-limite

A data-limite para o registo das candidaturas é **26.01.2024, às 12h00 (meio-dia), hora de Bruxelas**, após o que as inscrições em linha deixarão de ser possíveis.